

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

Projeto de Resolução n.º 160/XII

“Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo”



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Economia procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o **Projeto de Resolução n.º 160/XII – “Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo”**.

O mencionado Projeto de Resolução deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 26 de abril de 2023, com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, tendo o mesmo sido retirado pelo proponente no dia 12 de maio de 2023. Neste seguimento, e por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, foi o diploma em apreço remetido à Comissão Especializada Permanente de Economia a 16 de maio de 2023.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apresentação do presente Projeto de Resolução, emanado pelo Deputado Independente, decorre da faculdade legal atribuída aos Deputados, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto, e 2/2009, de 12 de janeiro), em conjugação com o disposto no artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de janeiro).

O Projeto de Resolução em análise cumpre todos os requisitos exigidos pelo artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual é aplicável por remissão do artigo 145.º do mesmo diploma.



Assim, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 42.º do Regimento, compete à respetiva comissão especializada permanente apreciar e elaborar o correspondente relatório sobre a presente iniciativa.

Considerando a matéria da presente iniciativa, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão Especializada Permanente de Economia, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O proponente, em sede de exposição de motivos, refere que *“Considerando que a passagem do furacão Lorenzo nos Açores, em 2 de outubro de 2019, provocou danos estruturais em várias infraestruturas na Região, com prejuízos calculados, à data, que superavam os 330 milhões de euros, tendo-se registado, nesta altura, mais de 250 ocorrências, das quais assumiram um destaque relevante os prejuízos em equipamentos portuários, principalmente na ilha das Flores.*

Considerando que a reabilitação das infraestruturas portuárias é uma matéria que para além de envolver quantias avultadas, ainda depende, em muito, de um estreito calendário anual de execução, principalmente em zonas atlânticas como a dos Açores e em especial do Grupo Ocidental.

Considerando que uma moderada atuação no processo de reabilitação das infraestruturas danificadas, é um procedimento errado, por quanto a janela de oportunidade de intervenção deve ser explorada ao máximo, como forma de rentabilizar os meios existentes, mas principalmente pelo facto destas estruturas só funcionarem em pleno nas suas funcionalidades, mas principalmente na sua rigidez e segurança, quando concluídas.

Considerando que a passagem da tempestade Efrain na ilha das Flores destruiu o que restava do molhe de proteção da ponte cais e que deste modo o abastecimento daquela



ilha ficou só a ser possível com a contratação excecional de transporte marítimo à ilha, com os custos acrescidos que a mesma representa para a Região.

Considerando que na continuidade territorial amplamente defendida para todo o território português, obviamente se inclui o acesso aéreo e marítimo às ilhas do Grupo Ocidental como forma de assegurar os direitos dos cidadãos que ali residem, quer em matéria de mobilidade, quer como o acesso a todos os bens, onde se destacam os de primeira necessidade e que esta continuidade territorial não pode ser garantida sem as condições plenas de toda a infraestrutura do Porto das Lajes.

Considerando a solidariedade que deve existir por parte do Governo da República, no objetivo de assegurar os meios para que se realizem as adequadas obras de recuperação de infraestruturas danificadas e destruídas pela ocorrência de fenómenos naturais imprevisíveis e não controláveis.

Considerando que o Governo Regional dos Açores já assumiu de forma temporária custos, não lhe imputáveis, da realização de obras referentes aos prejuízos provocados por fenómenos naturais que ascendem a mais de 50 milhões de euros, que deveriam ter sido assegurados por fundos de solidariedade nacional e europeia e que esta assunção de compromissos, mesmo que possivelmente temporária, representam compromissos inoportáveis para a região, pondo em causa a adequada disponibilidade de recursos para outras situações de cariz social e de satisfatório funcionamento de economia nos Açores.” e propõe que Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo da República que:

“1. Proceda à transferência para a Região, dos valores assumidos em matéria de solidariedade nacional, referente à parte das obras já efetuadas e comprovadamente pagas dos prejuízos do furacão Lorenzo.

2. Estabeleça com o Governo Regional uma calendarização previsível para as transferências necessárias à adequada execução dos trabalhos em falta, na consideração da urgência dos trabalhos ainda a realizar, como forma de mitigar os riscos que advêm da exposição dos trabalhos já realizados às condições adversas a que as mesmas ficam sujeitas durante o Inverno sem que os trabalhos estejam concluídos,



situação esta que periga a estrutura existente e conseqüentemente os montantes já aplicados”.

PROCESSO EM ANÁLISE

A Comissão Especializada Permanente de Economia, na sua reunião do dia 18 de maio de 2023, após a apresentação da iniciativa por parte do proponente, o Deputado Independente Carlos Furtado, deliberou proceder à audição do membro do Governo com competência na matéria, bem como solicitar parecer escrito à Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, do Governo da República.

- **Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, ocorrida no dia 23 de maio de 2023** (foi elaborada uma transcrição integral da audição):

A **Secretária** iniciou a sua audição dizendo: “A minha intervenção inicial é efetivamente muito breve, porque esta é uma matéria que tem sido afluada variadíssimas vezes em plenário, sobretudo. E é do conhecimento público e de todos os Srs. Deputados que o Governo Regional dos Açores tem vindo a fazer um enorme esforço para dar continuidade às obras de reconstrução dos danos provocados pelo Furacão Lorenzo em todas as ilhas dos Açores, obviamente que as mais visíveis são as das Flores, mas o Furacão Lorenzo provocou estragos em todas as ilhas dos Açores, desde Sta. Maria às Flores, sendo que há de facto um número muito significativo de pagamentos e de faturação relacionada com esse com essas obras que têm sido executadas e pagas pelo orçamento regional, retirando-nos a possibilidade de fazer outras com o ritmo que se desejaria e que estavam orçamentadas para ser feitas, porque quando as verbas são desviadas para um lado, outras têm que ceder, tudo para manter as obras que estão adjudicadas no seu ritmo normal, tudo para continuar a corresponder às necessidades das populações e isso tem sido feito com um esforço muito grande da Região e da tesouraria regional.

Efetivamente, quando estive cá o Ministro das Infraestruturas em fevereiro de 2023, foi-lhe apresentado um ponto de situação - na altura estávamos em fevereiro, mas o ponto de situação foi à data de dezembro final de 2022 – onde já tínhamos uma faturação de 76 milhões de euros; hoje, já temos uma faturação de 88, para ser mais



precisa 88.234 milhões de euros e, portanto, o ritmo das obras continua e nós apenas recebemos, como também sabem, do Governo da República, adiantamentos no valor de 29.7 milhões de euros que advêm de 20 milhões adiantados pelo orçamento da República em 2019, portanto, ainda no ano do próprio furacão; 8 milhões e 212 mil do Fundo Social da União Europeia; e 1 milhão e 487 mil do orçamento da República de 2021.

A partir daí, não há mais nenhum adiantamento, não há mais nenhum pagamento e, neste momento, nós estamos com uma faturação de 88 milhões 234 mil, 295 euros. Hoje é isto, amanhã já é mais, são números dinâmicos, esta faturação é de abril, mas obviamente que há faturação em curso, que há todos os dias novas alterações sempre no sentido de aumentar a faturação, como é óbvio, as obras não param e, na verdade, esta Resolução é mais uma que vem dar uma ajuda, no sentido de chamar a atenção de que o Governo da República não pode deixar de corresponder àquilo que foi o compromisso assumido, de prestar solidariedade financeira à Região em matéria de financiamento da reconstrução dos danos provocados pelo Furacão Lorenzo.

A isso acresce ainda - e não estão aqui - as obras que já se estão a iniciar nas Flores, por exemplo, da proteção de emergência e que foram os danos provocados pela Depressão *Efrain*. Portanto, dum lado é sempre a somar e do outro lado, estamos parados em 2021. Os factos é que contam. Os factos é que nós ficámos parados em 2021 em recebimentos e continuamos a pagar todos os dias as obras de reconstrução em 2023. Esta é que é a realidade que é uma realidade indesmentível e que não há ninguém ali do lado de fora da porta, por mais descuidado que seja, por mais distraído que seja, que não perceba que é isto que se está a passar.

Isto é uma situação muito complexa e que a Região, e sobretudo os defensores da sua autonomia, não podem permitir, porque nós somos parte do país, nós temos direito à solidariedade nacional essa solidariedade nacional foi consagrada em resoluções de Conselho de Ministros que não estão a ser cumpridas ou pelo menos não se está a levar em linha de conta a demora que está a haver e que não é da nossa responsabilidade, na execução dos fundos relacionados com o Quadro Comunitário de Apoio 20/30.

Portanto, é em todo este quadro que nós temos de analisar a situação. Podem-nos dizer é para o (Quadro) 20/30 que vai financiar, mas o 20/30 não é de responsabilidade da Região, é da responsabilidade da República. Se ainda não nos permitiu concorrer aos



fundos, a responsabilidade não é nossa. Tem de haver mecanismos de antecipação de verbas, de acordo com estas demoras que não são da nossa responsabilidade. Esse é o nosso entendimento e penso que deve ser o entendimento de qualquer açoriano que se preze.

Em relação a esta Resolução, obviamente é uma ajuda e merece o nosso acordo certamente – mau seria se não merecesse - porque claro que nós todos temos que fazer tudo o que estiver ao nosso alcance e, neste caso concreto, a Assembleia Legislativa Regional na linha da frente, para podermos criar condições para que a Região rapidamente reconstrua os danos provocados pelo Furacão Lorenzo e agora também, a somar a isso, a Depressão *Efrain*.”

Passando aos pedidos de esclarecimento, o **Deputado Carlos Furtado** iniciou a sua intervenção reiterando aquilo que a Sra. Secretária Regional já havia dito relativamente a esta matéria, ou seja, “não podemos deixar de realçar o facto de que num balanço inicial da estimativa de prejuízos, e apenas do Furacão Lorenzo, não nos referimos à Tempestade *Efrain*, apontava na altura para 330 milhões de euros de prejuízo. E repare-se que os menos de 30 milhões que a República transferiu até agora, são menos de 10% do que aquilo que era calculado como prejuízos àquela data.

Portanto, ao que parece, o total dos prejuízos, felizmente, não vai chegar aos 330 milhões, mas não deixa de ser verdade que há aqui um grande esforço de tesouraria por parte do Governo Regional dos Açores, no sentido de ir executando as obras que são determinantes, tanto mais porque a consolidação de todo o conjunto das obras realizadas nas Flores é que é importante, porque nem sequer pode ser equacionada a situação das obras irem sendo feitas ao longo do tempo, porque a não consolidação do total da obra é que é importante, porque permite a rigidez do total da estrutura, e esta é uma situação de momento bastante complicada, porque obviamente não havendo a disponibilidade financeira que permita ao mesmo tempo que se vão realizando essas obras, e resolvendo todos os problemas quotidianos na Região que naturalmente precisam de dinheiro, isso tem trazido estrangimentos à economia regional, porque dificulta depois o pagamento a fornecedores, manietando toda a economia regional.

Portanto, eu quando apresentei esta iniciativa foi com o objetivo de que a Assembleia Legislativa Regional se manifestasse a uma só voz, no sentido de que a República veja aqui as obrigações que tem para com o povo açoriano.



Portanto, percebi que da parte do Governo esta iniciativa foi bem-vinda e espero que ela venha a surtir o efeito necessário para que a República cumpra com os seus objetivos.

A questão que colocava à Sra. Secretária, tendo percebido que recentemente o Governo decidiu conceder avales na ordem dos 60 milhões de euros à Portos dos Açores para dar seguimento aos compromissos, é se entende que esse valor dos 60 milhões de euros é suficiente para a execução do total da obra prevista e se a Portos dos Açores tem condições para, também a prazo, satisfazer os compromissos que refere o serviço da dívida, pelo facto do endividamento que possa vir a ser necessário para realizar essas obras, porque esses 60 milhões de euros de encargos financeiros com a banca terão os seus custos e será mais um custo para a Região, ou seja, em cima dos prejuízos do furacão, ainda teremos os prejuízos naturais do serviço desta dívida.

A minha pergunta especificamente é esta: se entende que é um constrangimento para a Portos dos Açores, mais este custo com o serviço desta nova dívida e se os 60 milhões será o valor suficiente fazer face às despesas para completar todo o processo de reabilitação das infraestruturas portuárias das Lajes das Flores.”

A **Secretária** respondeu dizendo que “nós entendemos que estes 60 milhões são absolutamente necessários para pagamento da faturação em curso – uma está paga, outra não está e isto tem de rolar. A partir do momento em que o Quadro 20/30 entre em funcionamento e possamos fazer as candidaturas, o que nós esperamos é que a tesouraria entre na normalidade e que isto seja, tanto quanto possível, um empréstimo pelo período o mais curto possível até aos recebimentos e até a tesouraria entrar num sistema de rotação que lhe permita – à Portos dos Açores - continuar as obras, receber e pagar, sem sobrecarregar os empreiteiros, porque também não é para isso que aqui estamos.

E, portanto, nessa perspetiva e na medida em que já se estava a tornar insustentável, este é um mecanismo de curto prazo, considerado adequado para resolver o problema, não se esqueça que só a obra das Flores é muito mais do que isto. E, portanto, isto não é de forma alguma o valor para fazer a recuperação integral dos prejuízos do Furacão Lorenzo.



Isto é um fundo de maneio para continuar a dar andamento às obras, aliviar alguma pressão que possa existir relativamente àquilo que são os prazos de pagamento e cumprir com naturalidade a atividade que se exige à Portos dos Açores.

É isto que está aqui em causa, estes 60 milhões foram calculados nessa base.

O que todos esperamos (acho que todos mesmo!) é que o novo Quadro Comunitário de Apoio entre em vigor o mais rapidamente possível e que tudo isto depois entre na sua normalidade.”

O **Deputado Rui Martins** começou por dizer que “foram avançados diferentes números, numa fase inicial havia uma solidariedade da República para com os investimentos que fossem necessários; depois houve uma quantificação que também no âmbito do grupo de trabalho do Furacão Lorenzo nos apercebemos que houve coisas que não foram quantificadas, ou seja, que não foram registadas como tendo decorrido do furacão e pronto ok, são coisas que acontecem; houve coisas que foram quantificadas, nomeadamente, por exemplo, em Angra, mas que depois numa avaliação posterior, se veio a ver que para fazer a consolidação já estaríamos a falar de valores que chegavam quase a 10 vezes superiores àquilo que foi registado na altura e que, pronto, também não poderá ser introduzido agora num *deve e haver* entre solidariedade assumida pela República para com a Região, mas daquilo que foi na altura quantificado, estávamos a falar em valores que rondavam perto de 300 milhões de euros. Depois foi assumido pela República mais recentemente, pelo menos os últimos valores que eu vi, era um valor na ordem dos 198/200 milhões de euros.

O que eu queria perguntar à Sra. Secretária, é efetivamente, qual é o compromisso que a Sra. Secretária está ao corrente que o Governo Regional, tem daquilo que eram os valores que, no fundo, o Governo da República se ia solidarizar com a Região? E, grosso modo, o que é que já está efetivamente pago? Já nos avançou que foram 20 milhões em 2020, mais de 1 milhão e pouco do Orçamento de Estado, mais 1,4 milhões da solidariedade europeia, mas no *deve e haver* entre a entre a solidariedade anunciada e aquilo que são os valores neste momento faturados e o que é expectável que seja faturado até à reposição daquilo que foram os impactos do Furacão Lorenzo, que montantes é que estamos a falar? Se nos puder concretizar em linhas simples do que é que estamos a falar. “



A **Secretária** afirmou que “eu gosto de falar de factos, de montantes estabelecidos. Sei que houve vários montantes envolvidos, uma coisa é o que se fala outra coisa é o que fica escrito. Aquilo que está escrito para nós, é o que consta de uma carta do Sr. Presidente do Governo, o que consta das Resoluções 180 e 182 de 2019 e o Despacho do Sr. Primeiro-Ministro de 2021.

Isto para nós é o que conta, ou melhor, é com isto que nós contamos. E, portanto, nem vamos além disto, porque quando nós nos queixamos da falta de solidariedade, imagine se nós ainda fôssemos nos queixar daquilo que se falou que ia ser. Eu apenas me refiro aos 198 milhões de euros que foi aquilo que ficou estabelecido como sendo o limite da comparticipação da República aos estragos do Furacão Lorenzo.

Portanto, ficou considerado que o investimento não é isto, o investimento é mais 15%, porque os 198 milhões são 15% do investimento, até ao limite de 198 milhões. 85% e 15% seria da Conta da Região. Portanto, 85% até ao limite de 198 milhões de euros. É isto que está estabelecido. E, portanto, é com isto que nós contamos, nem vamos mais além do que isso. E, portanto, destes 198 milhões, o que foi recebido foram adiantamentos no valor de 29 milhões e nós já temos uma faturação de 88 milhões. Logo, é só fazer as contas e já se vê que estamos aqui com muitos milhões para receber e, nesse aspeto, nós precisamos rapidamente de os receber. E, portanto, é bem-vinda esta Resolução.

O **Deputado Carlos Silva** iniciou a sua intervenção afirmando que “têm sido avançados vários números que só têm gerado confusão e não o esclarecimento conforme a Sra. Secretária bem refere.

Vamos por partes, a Sra. Secretária começou agora no final, por falar dos 198 milhões de euros. Esse nunca tinha sido o valor que tinha sido acordado pelo Governo Regional do Partido Socialista com o Governo da República. O que tinha sido combinado foi 85% do valor dos prejuízos que foram inventariados, ou seja, estamos a falar de 85% dos cerca de 330 que depois passaram a 313 milhões de euros. Coisa diferente foi a limitação dos 198 milhões de euros que foi estipulada pelo Governo Regional dos Açores, pelo Presidente José Manuel Bolieiro, numa carta que enviou ou numa proposta de despacho que foi enviada ao Primeiro-Ministro. E aí é que, pela primeira vez, foi limitado os 198 milhões de euros.



Portanto, a primeira pergunta que eu faço, Sra. Secretária, é: O Governo Regional já desistiu dos 68 milhões de euros do diferencial?

É porque uma coisa é cometer um erro, acontece a quem toma decisões, é o que é. Outra coisa diferente, é prescindir de remediar o erro. E aquilo que nos parece, neste momento, é que o Governo já abdicou dos 68 milhões de euros que era o diferencial que tinha sido acordado com o Governo anterior.

Por isso, esta é a primeira questão, porque a Sra. Secretária falou aqui no 198 que é o que conta, mas o diferencial de 68 milhões de euros já está como perdido? O Governo não está a tentar recuperar em novo acordo com o Governo da República para que sejam financiados 85% dos 313 e não apenas os 198? Os 198 era a limitação do financiamento por fundos comunitários, havia o compromisso de financiar o diferencial com verbas do Governo da República que não os fundos comunitários.

Segunda questão, creio que também foi o próprio Governo Regional dos Açores, liderado pelo Presidente José Manuel Bolieiro, que propôs a metodologia que foi definida e que é financiamento dos 198 milhões de euros por fundos comunitários.

Se assim foi, Sra. Secretária, então já sabia desde 2021 que isso ficava condicionado também, ou melhor, já sabe que isso fica condicionado, porque isso fica condicionado à abertura dos avisos do PO 20/30. E, portanto, também aqui importa clarificar.

Terceira questão, a Sra. Secretária falou de 88 milhões de euros de investimento já realizado, quer pela Portos dos Açores, quer por departamentos do Governo Regional, e corrija-me se estiver errado.

Esses 88 milhões de euros são valores à data de 30 de abril, correto? No entanto, há cerca de 2 semanas, nós recebemos um relatório do grupo de trabalho do Furacão Lorenzo que nos remeteu um relatório – em pleno plenário recebemos essa informação - e o valor que era apresentado naquela altura, há 2 semanas, era de 68 milhões de euros, ou seja, em apenas 2 semanas, o investimento passou de 68 para 88 milhões de euros; pelo menos no papel é um investimento recorde em 2 semanas.

Eu pergunto, é, afinal, qual é o valor que nós estamos a falar? É de 68?

Portanto, agradecia que me explicasse também essa evolução de 68 para 88 de euros em apenas 2 semanas.

Quarta questão, Sra. Secretária, foi indicado pelo Sr. Secretário Duarte Freitas no dia 18 de maio que é que o Governo da República devia 65 milhões de euros de verbas



referentes ao Furacão Lorenzo, além de outros considerandos, mas vamo-nos centrar nestes 65 milhões de euros.

A Sra. Secretária, adotando como certo o valor que refere de 88 milhões de euros, se já foram investidos 88 milhões de euros, se o Governo da República se comprometeu a financiar em 85% do montante investido, ou seja, se tinham sido investidos 88, 85% deste montante - peço desculpa, mas estava aqui só a confirmar os valores - dá cerca de 74 milhões de euros. Se o Governo Regional já recebeu os adiantamentos, conforme refere a Sra. Secretária, 29 milhões de euros. Os valores não batem certo. Como é que o Governo da República pode dever 65 milhões de euros?

Quinta pergunta, o que foi acordado entre o Governo Regional dos Açores – o seu Governo, Sra. Secretária! – e o Governo da República em que o financiamento seria feito através de fundos comunitários, sendo por isso condição de que haja a abertura dos avisos, e se neste momento não abriu o aviso conforme a Sra. Secretária referiu, então não existe formalmente valores em dívida, confirma.

Eu comecei por referir no início que o esclarecimento é importante, mas também é importante que sejamos todos rigorosos nos elementos que apresentamos.

Portanto, para já, fico a aguardar as suas explicações sobre os valores efetivamente que são devidos pelo Governo da República à Região dos Açores e a confirmação dos valores que foram aqui apresentados.

A **Secretária** respondeu dizendo que “este esclarecimento é importante, porque corresponde exatamente aos valores que eu tenho, porque são vários departamentos do Governo que estão a executar verbas, e que executaram ao longo deste tempo, relacionadas com danos provocados pelo Furacão Lorenzo e é a Secretaria Regional das Finanças que faz toda essa compilação.

É natural que, numa situação ou noutra, possa haver falha de um ou de outro departamento, que é o que eventualmente pode ter acontecido, mas foram dados os devidos esclarecimentos a quem eram devidos e por quem devido ao grupo de trabalho. Portanto, nesse aspeto, temos essa questão já esclarecida.

Em relação ao valor dos apoios da República, ó Sr. Deputado Carlos Silva, se o senhor entende que ainda faltam 68 milhões de euros, se o senhor diz com uma mão eu digo com as duas, como deve calcular.



Vamos já juntos resolver esse assunto. Agora também lhe devo dizer que temos tempo para o fazer, ainda temos muita obra pela frente, sobretudo relacionada com as Flores e ainda temos a Depressão Efraim para nos sentarmos à mesa logo que o Governo da República tenha condições para o fazer e para nós quantificarmos tudo aquilo que tem que ser quantificado e acertarmos os valores na sua contabilidade final.

Agora, com aquilo que nós trabalhamos hoje, e é com isso que nós temos que trabalhar, porque senão vamo-nos perder naquilo que devia ser ou naquilo que devia ter sido, os 198 milhões é o que está definido no Despacho do Sr. Primeiro-Ministro que de acordo com o que o senhor diz, tem a ver com uma carta do Sr. Presidente do Governo Regional. E o Sr. Presidente do Governo Regional, nessa carta, não fala em fundos comunitários, zero!

Fala que os montantes devem ser transferidos anualmente para a Região em tranches anuais até 60 dias após a submissão dos comprovativos. Não fala aqui em fundos comunitários, não fala.

Na Carta que seguiu não fala.

No Despacho do Sr. Primeiro-Ministro, fala. Esse Despacho é que remete para a programação do Portugal 20/30. Portanto, a carta do Sr. Presidente do Governo não fala. O despacho do Sr. Primeiro-Ministro refere que é no âmbito da Programação do 20/30.

Portanto, são duas coisas distintas: o valor é o mesmo, é a comparticipação em 85% dos estragos até ao limite de 198 milhões de euros, mas só o Despacho do Sr. Primeiro-Ministro é que diz que 168 milhões e 300 mil vão ser no âmbito da Programação 20/30.

A carta do Sr. Presidente do Governo não diz. Portanto, é assim que estamos, foi assim que ficou.

E o Sr. Primeiro-Ministro, até admito, que fizesse fé de que o 20/30 ia entrar logo a seguir – estávamos em 2021 - mas não entrou e estamos em 2023. E, portanto, se não entrou, se o Sr. Primeiro-Ministro se comprometeu, fazendo boa-fé de que o Programa 20/30 iria entrar no imediato e não entrou, ainda não houve possibilidade de fazermos as candidaturas, eu acho que a solidariedade nacional se impõe, eu acho. E acho que há muita gente que acha como eu acho. E, portanto, é a minha opinião. Se não é a sua, olhe



pronto, não somos açorianos com o mesmo sentimento, um acha que sim, o outro acha que não.

Quanto às outras questões que colocou, as declarações do Sr. Secretário Regional das Finanças foram ditas e foram muito claras: incluem Furacão Lorenzo, incluem as OSP's, os apoios aos agricultores e se quiser eu ainda lhe acrescento mais, falta aqui o Fundo Ambiental, porque eu também quero saber se os senhores estão do nosso lado ou se estão do lado da República que recebe as participações da EDA e doutras empresas em termos de licenças de carbono, coloca-as como receitas do Fundo Ambiental e depois recusa as nossas candidaturas, porque as nossas empresas estão sediadas nos Açores, não estão sediadas na República.

Então, eu acho que todos nós nos devemos unir e pedir ao Fundo Ambiental que transfira para os Açores aquelas que são as receitas dos Açores, ao abrigo da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Portanto, se nós formos somar, Sr. Deputado, não são 65 milhões, são muitos mais milhões! Muitos mais milhões que o Governo da República não transfere para os Açores. Não transfere para o Furacão Lorenzo, que são à volta, como aqui disse de 50 milhões, não as OSP's que são mais 10, não transfere a agricultura que são mais 15 e por aí já está a ver. Se eu lhe juntar o Fundo Ambiental, são mais 50 milhões que não transferem. E pronto! São estas contas que nós queremos fazer para desculpar uns e culpar os outros?! Não, não são essas as contas que nós queremos fazer. A gente quer fazer as contas justas, a gente quer aquilo a que tem direito, a gente quer um apoio da República que desde 2020 nunca mais chegou, sabe-se lá porquê!

Esta é que é a realidade dos factos. Esta é a situação em que nós estamos. E não há nenhum acordo entre o Governo Regional e o Governo da República para transferir apenas isto ou apenas aquilo. Há uma carta do Sr. Presidente, há um Despacho do Sr. Primeiro-Ministro e foi isso que aconteceu e é neste ponto que estamos, em que o Sr. Primeiro-Ministro esquece uma quantidade de situações que devia ter considerado e não considerou, remete para a Programação 20/30 que está na mão do Governo da República, não está seguramente na mão do Governo Regional, porque nós não somos Estado-Membro, não somos interlocutores nem somos parte das negociações com a Comissão Europeia e nós aqui estamos à espera que as coisas aconteçam.



Se para além disso há os 68 milhões que diz e que eu acho muito bem, vamos à luta por eles. Agora, até chegar lá, ainda temos aqui muita coisa para ser transferida para pôr as contas do Governo Regional alinhadas e o Governo da República transferir as verbas que tem de transferir e depois, nas contas finais, vamos reclamar os 68 milhões, se é isso que os senhores dizem que ficou combinado, é como vos digo, todos juntos vamos de certeza conseguir, eu estou convosco para reclamar esses 68 milhões.

O **Deputado Carlos Silva**, usando o seu direito de replica afirmou que “os números que apresentou, 88 milhões de euros, se 85% desse montante é 74,8 – 75 para arredondarmos - se o Governo já recebeu de adiantamento 29 milhões de euros, estamos a falar de 45 milhões de euros. O Sr. Secretário Regional das Finanças, Duarte Freitas, há poucos dias - há uma semana - disse que a República devia 65 milhões de euro.

Nós somos solidários com o investimento que tem de ser feito nas Flores e em toda a Região. Todos nós gostamos dos Açores como a Sra. Secretária gosta, isso não está aqui em questão, mas temo-nos de cingir aos factos e os números não batem certo, Sra. Secretária, não batem certo. 85% de 88 milhões, dá cerca de 75 – se quiser 79; se já foram recebidos 29 milhões de euros, quanto é que dá Sra. Secretária?

Temos uma diferença de quase 20 milhões de euros dos 65 que foram apresentados pelo Secretário Regional Duarte Freitas há uma semana. E aquilo que ele disse foi 65 de antes do Furacão Lorenzo, mais 10 para as OSP's e mais uma verba que eu não me recordo agora... mais 15 milhões para a agricultura. Portanto, eu fiz bem as contas, são 65 que eu referi. Logo, se o Governo Regional

Não nos apresenta a nós, deputados regionais, os números que comprovam efetivamente o investimento realizado e o valor que efetivamente falta receber, conforme entendo a Sra. Secretária, então nós temos de ser mais claros na informação que apresentamos.

Pergunto, à Sra. Secretária, que diligências foram feitas junto do Governo da República relativamente aos valores que entendem que estão em dívida?

Qual foi o valor que foi apresentado ao Governo da República?

Tem cópia desses documentos e das diligências que foram efetuadas que possa fornecer à Comissão?



Foram enviados atos de medição, faturas, tem toda essa informação que possa remeter rapidamente esta Comissão para que possamos todos apreciar a documentação?

É porque nós não temos isso. O Grupo de Trabalho, enviou, creio que ontem ou hoje, por aquilo que tenho conhecimento, porque eu não sou membro desse grupo, enviou um mapa em *excel* com a listagem dos investimentos que totalizam 88 milhões de euros. Sra. Secretária, mas não nos podemos cingir apenas a uma folha de *excel*, nós precisamos de mais informação. E, portanto, o pedido que eu faço é se a Sra. Secretária está disponível para remeter esta Comissão todas as faturas que mencionou, os atos de medição das obras que foram realizadas e todos os comprovativos dos investimentos que totalizam efetivamente os 88 milhões de euros, mas também os comprovativos dos pagamentos, porque por aquilo que percebi da intervenção do Deputado Carlos Furtado, dos 88 milhões de euros que foram investidos, uma parte ainda significativa deste valor não foi pago.

E, portanto, agradecia que também confirmasse o que é que está por pagar relativamente aos fornecedores regionais.”

A **Secretária** disse que “a questão que coloca tem a ver com os valores que foram entregues ontem mesmo, como disse o Sr. Deputado Marco Costa, à Comissão de Acompanhamento. E, portanto, a Comissão tem os mesmos dados que eu tenho. A Comissão tem os dados que a Secretaria Regional das Finanças entregou à Comissão. E são os mesmos dados que eu tenho, porque obviamente há vários departamentos que executam verbas do Furacão Lorenzo.

Portanto, nesse aspeto, a Comissão está na posse de todos os dados. Se não está, vai estar, porque certamente que o Coordenador da Comissão vai distribuir.

E, portanto, eu não sei o que é que o senhor não tem. Basta perguntar ao Coordenadora da Comissão e terá os valores que nós temos. A partir daí foi feito um ponto de situação com a visita do Ministro das Infraestruturas cá, obviamente que este processo é dinâmico, hoje é uma coisa amanhã já há mais, é sempre assim, porque este é um processo que qualquer pessoa compreende que não para, por isso, a todo o momento, nós estamos prontos para enviar as despesas, os comprovativos, etc., isso será sempre naturalmente pela Secretaria Regional das Finanças no âmbito das tais candidaturas.

Agora, é preciso dizerem-nos para quem é que nós enviamos. Para quem é que enviamos? Digam-me, para quem é que a gente, porque a gente perguntou ao Ministro



e ele não disse, “enviem para mim”. Nós não podemos enviar para o Ministro das Infraestruturas. Nós não podemos enviar o devido enquadramento. O que nós temos feito, e o Presidente do Governo tem feito, ainda quando veio cá o Ministro e todos nós acompanhámos - quem tinha que acompanhar a visita também fez – foi sensibilizá-lo para essa situação que à altura era uma, hoje já é outra; era 76 milhões, agora é de 88 milhões; daqui a mês ou 2, serão mais; há previsões até ao 1º semestre de 2023 que é o que se está a fazer neste momento, isto é, a trabalhar em função das previsões, porque obviamente que as verbas que já estão contabilizadas são de abril, mas há atos de medição em curso nas fiscalizações e que amanhã estão na Portos do Açores para serem validadas e para serem processadas.

Isto é um processo que não pára, porque as obras não pararam, felizmente, porque todos fizemos um enorme esforço para que não parasse, pelas razões que aqui já foram faladas e com os condicionamentos e instrumentos que nós temos à nossa disposição e que também já aqui foram falados. Agora que há inúmeras cartas do Sr. Presidente do Governo para o Primeiro-Ministro que não são respondidas, que esteve cá outro dia Ministro da Economia que também se prestou a levar este assunto junto do Governo, a mesma coisa. Esteve cá o Ministro João Galamba, a mesma coisa.

Bem, enviar, fazer candidaturas, temos de saber como é que se faz candidaturas, não é mandar agora papéis, isso não é assim em lado nenhum. As coisas fazem-se de forma organizada e por canais próprios e por plataformas próprias, têm a sua forma de se processar. E, portanto, nesse sentido, o que há é cartas e correspondências, ainda o outro dia, no último Conselho de Estado, o Presidente do Governo levou ao Primeiro-Ministro esta situação, levou a escrita, levou o memorando, levou novamente o ponto de situação, falou com ele, a maior recetividade, toda a gente é muito agradável e afável, mas a verdade é que quando se chega ao ponto de saber para quem é que se manda e quando é que pagam, não acontece nada.

O que aconteceu foi, como eu já disse, a última vez no início de 2021. E, portanto, é preciso nós darmos andamento a estas coisas porque, entretanto, a vida não pára, as obras não pararam, o conta quilómetros das faturas continua e nós aqui na Região é que estamos a ser prejudicados, todos, porque ao canalizar recursos para um lado, há recursos que já não vão para outro e há investimentos que estão a ser preteridos,



prejudicados, adiados, em função de uma necessidade permanente de corresponder, em termos de tesouraria, aos pagamentos.

Em relação ao que me estava a perguntar em termos de pagamentos, e posso lhe dizer, aproximadamente, mas julgo que – vamos lá ver se eu tenho esse dado e onde é que ele pode estar - os pagamentos andarão à volta de 70 milhões de euros pagos, destes 88, mas é um valor aproximado, não lhe posso garantir, porque nós não temos a tesouraria aqui. Que isto fique salvaguardado: a tesouraria não está na Secretaria das Infraestruturas, mas daquilo que me é dado perceber, e como também digo, isto é uma realidade muito dinâmica, mas andarà à volta disso.

O **Deputado Marco Costa** começou a sua intervenção “pela questão do número que já foi aqui avançado e que está na posse de todos os membros do Grupo de Trabalho e que já foi distribuído pelos serviços da Assembleia, para realçar que desse total de 88 milhões 244,295 mil euros, 35 milhões correspondem a execução em 2022, portanto o valor mais alto desde a ocorrência.

O que nossa leitura, revela bem também aquela que tem sido a aposta clara em avançar com todos os processos numa emergência que é importante resolver o mais rápido possível, nomeadamente na questão das acessibilidades e dos meios, em particular, para algumas ilhas como o caso das Flores.

Depois, dar uma nota também daquilo que foi a informação dada pela Sra. Secretária das energias depositadas neste processo e que independentemente daquilo que tenha sido, ou que está a ser, na nossa leitura, um mau comportamento da República, os processos não param, não têm parado, têm avançado e a prova disso são as informações que já foram trocadas relacionadas com a atuação da Portos dos Açores e dos avales que têm sido concedidos, para que todos os processos continuem a desenvolver-se.

Depois, gostaria de dar nota também quanto à Resolução e àquilo que são aos considerandos apontados, que consideramos bem, no caso concreto, a referência que é feita por parte do proponente à Tempestade *Efrain*, sendo que começámos numa determinada realidade com dados que nos levariam a determinados montantes, mas existem ocorrências que têm acontecido que levam a que estejamos sempre com este alerta, como a Sra. Secretária nos avançou, do que temos ainda para conversar com a República sobre os valores envolvidos e não previstos inicialmente.



Depois, também aquilo que é a componente resolutiva desta iniciativa e que nos parece importante, em primeiro lugar, passar à prática aquilo que tem sido a conversa da República sobre a solidariedade, mas com previsibilidade, de forma que as contas e a tesouraria da Região se possam desenvolver sem levar constrangimentos noutras áreas da governação, porque são muitas as ocorrências e são muitas as ações que merecem a atenção parte do Governo Regional.

Hoje, já se falou aqui em factos. E facto é que, na verdade houve uma comunicação da Região com a República sobre aquilo que deveriam ser os termos do Despacho do Sr. Primeiro-Ministro

sobre as transferências para a Região, e faço referência à Resolução do Conselho de Ministros que no seu ponto 4 refere que *“deverá ser emitido Despacho do Sr. Primeiro-Ministro sob proposta do Governo Regional dos Açores”*. E essa proposta foi feita por parte do Governo Regional. Mas a verdade é que o Despacho do Sr. Primeiro-Ministro não vem ao encontro dessas referências, porque a proposta do Governo Regional levava a transferências anuais de acordo com a execução que fosse relatada. E dessa proposta, nada está expresso no Despacho do Sr. Primeiro-Ministro. E, portanto, aí é na nossa leitura, um incumprimento.

Agora, passava para a primeira pergunta à Sra. Secretária, porque gostava de saber, depois da visita do Sr. Ministro das Infraestruturas, João Galamba aos Açores, quais foram os desenvolvimentos ou os trabalhos que da parte deste Ministério, foram tidos junto da Região para ir ao encontro desta questão que temos e que tem a ver com os adiantamentos da República.

Há, depois, outra questão que gostaria de lançar, mas que pergunto à Sra. Secretária, já ouvimos aqui várias vezes o relato de 29 milhões de solidariedade da República, mas parece-me que 8 milhões são do Fundo de Solidariedade da União Europeia. E, portanto, parece-me pouco assertivo considerar dinheiro da União Europeia como *“solidariedade da República”*.

Portanto, gostava que a Sra. Secretária nos esclarecesse sobre este ponto. Aliás, muito se tem falado da solidariedade da República, mas somos levados para fundos da União Europeia, até naqueles que teremos que candidatar no futuro. E, portanto, acho que deixa muitas dúvidas sobre a postura solidariedade da República perante estas ocorrências nos Açores.”



A **Secretária** respondeu dizendo que “a referência a todo a apresentação e desenvolvimento que fez relativamente ao documento que lhe foi entregue, já o tinha referido e reitero, corresponde àquele que também me foi entregue, porque obviamente eu tenho o da nossa Secretaria, mas não tenho das outras e, portanto, nesse aspeto estamos todos no mesmo comprimento de onda e a verdade é que de tudo isso, recebemos 29 milhões de euros, esta também foi uma das questões.

Portanto, os desenvolvimentos depois da vinda cá e da visita que fez o Sr. Ministro das Infraestruturas, efetivamente não houve qualquer tipo de desenvolvimento. O Sr. Presidente do Governo fez várias diligências junto do Primeiro-Ministro, eu própria fiz várias diligências junto do Gabinete do Ministro das Infraestruturas, às vezes através dos nossos próprios serviços, a ver se agente consegue sensibilizar para a necessidade de isto ter algum impulso, mas não houve nenhum impulso, nem nenhum desenvolvimento, não se passou do ponto em que nos encontrávamos no dia 5 de fevereiro de 2023.

Em relação à questão da solidariedade nacional, se os 8 milhões (8.212,697 mil euros) que recebemos do Fundo Social da União Europeia em 2020, se isto é solidariedade nacional – e ninguém escondeu que é do Fundo Social da União Europeia - mas para nós, tanto nos faz; se puderem enviar mais adiantamentos do Fundo Social, qualquer que ele seja, nós agradecemos, o que nós queremos é que efetivamente nos ajudem, de acordo com aquilo que foi prometido, de acordo com aquilo que foi combinado entre o Governo da República e o Governo Regional, no sentido de não nos deixarem sozinhos com o Furacão Lorenzo. E a verdade é que tirando os 29 milhões de euros - e já estamos em 88 milhões - nós estamos sozinhos e não há como esconder isso e eu gostaria muito de não estar a dizer isto e a dizer que estão todos connosco e que cada vez que cá vêm-nos vê desenvolvimentos, mas não vê, não vê nada, rigorosamente nada!

Portanto, remeteram-nos para a Programação 20/30, sabe Deus quando é que vai vir. Se alguém tiver alguma novidade para me dar sobre a evolução do Programa 20/30 e da sua execução a nível nacional e a nível regional, eu agradecia, porque a nível regional há de ser quando a nível nacional for posto em execução e ainda não foi.

Portanto, nós não sabemos a quem nos devemos dirigir.



Não sabemos a que *CALL* é que temos de nos candidatar, não temos nenhuma indicação de espécie nenhuma e tanto quanto sei, não há, de facto fundos europeus ainda em execução.

É neste ponto de situação em que nos encontramos e que por muito que custe, é a dura realidade com que nós todos estamos confrontados.”

O **Deputado Marco Costa** concluiu que “por aquilo que nos informou, neste momento, temos um plano que nos leva a fundos comunitários, a República ainda não regulamentou as modalidades para termos acesso a esses fundos comunitários e, por outro lado, o Governo da República, ao contrário do que tinha sido a proposta dos Açores, não está a permitir os adiantamentos, digamos assim, em modalidade contra fatura pelas obras já realizadas? Gostaria que me confirmasse se é esta a leitura que podemos fazer?”

A **Secretária** respondeu que “eu não sei se o Governo da República já regulamentou ou não regulamentou. Nós não temos conhecimento e isto é que conta.

Para nós, nós não sabemos, não temos a *CALL*, não podemos candidatar e aguardamos que isso aconteça. Se há ou não regulamentos nacionais, tenho de salvaguardar isto porque não sei qual é a posição em que se encontra a regulamentação nacional relativamente à execução do Portugal 20/30 – é assim que se chama. E, portanto, continuamos a aguardar sem qualquer tipo de adiantamento, esta é que é a verdade.”

O **Deputado Rui Martins** pediu a palavra para colocar mais duas perguntas. “A primeira é se normalmente na Conta da Região se costuma mandar a faturação que comprove a execução? Porque há pouco o Sr. Deputado Carlos Silva estava a pedir as faturas, ou seja, não acredita na folha de *excel* que nos foi enviada com aquilo que foram os compromissos relativos ao Furacão Lorenzo.

Não sei se isso é defeito profissional (dele) a questão de ver faturas, mas para dizer que eu dispenso muito bem essas faturas, Sra. Secretária. Mas de qualquer das formas, é para perguntar se é usual mandar as faturas que comprovem as execuções?

Depois, a pergunta que lhe faço é relativamente ao Despacho do Primeiro-Ministro que remete para o Portugal 20/30 a candidatura de 168,3 milhões de euros, relativamente ao Furacão Lorenzo, queria perguntar se há algum desenvolvimento no sentido de saber se a Região terá de se candidatar, ou seja, fazer uma candidatura exatamente a



quê? Ou se haverá um quadro específico em que a República estará a colocar no âmbito do Portugal 20/30, uma verba de 168,3 milhões de euros, referente exatamente a compensações ou a solidariedade nacional pelo Furacão Lorenzo em que bastará à Região fazer prova desses investimentos e, por sua vez, ir buscar esse montante?

Se já tem alguma indicação de como é que se poderá processar sequer - pois sabemos que P 20/30 ainda não está em funcionamento - esse processo ou se terá de se fazer uma candidatura que não sabe bem como, porque, quer dizer, não sei bem o que é que é preciso comprovar.”

O **Deputado Carlos Furtado** pediu, a palavra para “saber se a senhora tem conhecimento do mapa de trabalhos previsto para este ano no âmbito da execução das obras de recuperação dos prejuízos causados pelo Furacão Lorenzo relativamente ao porto das Lajes das Flores? Porque como sabemos, há obra que tem de ser consolidada com execução de mais obra e, neste momento, é preciso acautelar esses (mais) 44 milhões de euros que já estão investidos naquela infraestrutura portuária e é importante saber quanto é que ainda estará a cargo da Região, nomeadamente para este ano, relativamente a essas obras que têm mesmo de ser executadas, sob pena de se perder os mais de 44 milhões que já lá estão investidos.”

O **Deputado José Eduardo** iniciou a sua intervenção com “uma palavra ao Sr. Deputado Carlos Furtado, e permitam-me, porque depois de tantos números, a Resolução que o Sr. Deputado apresenta, procura certamente clarificar muita coisa. E clarificar muita coisa, porque só hoje eu já ouvi aqui, pelo menos cinco valores em dívida. E no dia 26 de abril, há pouco menos de 1 mês, numa reunião também nesta Comissão de Economia, pela voz do Sr. Secretário Duarte Freitas, ainda um outro número: 56 milhões. Pronto, é tudo dinâmico, é verdade, é tudo tão dinâmico como os diferentes prazos para lançamento da empreitada da obra do porto das Flores. E essa dinâmica é aquela que por que os florentinos anseiam. Os florentinos merecem que o porto não continue sem projeto e sem lançamento de empreitada. Eles querem é que porto se faça e que quem tem que resolver esta situação é o Governo Regional que os representa e por isso, independentemente de haver essa necessidade - e já vou a seguir clarificar alguns pontos - de envolver o Governo da República na repartição de custos, quem tem está na primeira linha de decisão tem que ser este Governo Regional e não outro.



O que eu queria também perguntar como primeira pergunta, é se afinal, depois de ter sido anunciado pelo seu antecessor que no 2º trimestre de 2022 avançava obra, pela Sra. Secretária em 19 de julho de 2022, que o lançamento seria no 1º trimestre de 2023, em setembro de 2022 na sessão de perguntas, dizia que era no 2º trimestre de 2023 e, recentemente, só para 2024 é que será lançado o concurso para a empreitada.

Também queria questionar, afinal em que ponto é que está a dinâmica? Se já existem os estudos em modelo reduzido? Se já existe projeto definitivo para o lançamento dessa empreitada? Porque, independentemente das questões de financiamento, os florentinos querem saber todo este desenlace.

Em relação a financiamentos há que recordar que certamente desde 2021, eu só ouço falar agora da falta de verbas desde janeiro ou fevereiro de 2023. E recordo algumas palavras ditas na visita estatutária do Governo em setembro de 2022, em que o Sr. Presidente do Governo frisou que a previsão de instalar toda a capacidade no porto das Lajes das Flores e estavam em condições de abrir um concurso público e ter feita, no final de 2023, a adjudicação da restante obra. Por isso, gostaria de saber se este prazo continua assente?

Também dizia que quanto a financiamentos - e questionado sobre os valores a assegurar pelo Governo dos Açores, Governo da República e União Europeia, em função do orçamento total da obra, o Sr. Presidente José Manuel Bolieiro referiu que está organizado com a empresa Portos dos Açores - e cito – “através de contratos-programa, contando desde a primeira hora, com a solidariedade do Estado”, ou seja, estou-me a lembrar de setembro de 2022, “contando com a solidariedade para receber as verbas necessárias para o que está projetado no valor de 196” - aqui outro valor que certamente foi um lapso e admito que tenha saído.

Bolieiro referiu que teve oportunidade - e cito – “de articular isso com o Primeiro-Ministro e o seu gabinete”, ou seja, as verbas que estavam determinadas até o limite.

Também, e não só, houve - e peço ao Sr. Presidente a permissão da latitude, porque também este é um assunto que me diz muito e me é muito caro - já depois da Tempestade *Efrain*, apresentei um requerimento a solicitar quais tinham sido as comunicações. Esse requerimento, é datado de 12 de fevereiro, não sei se terá sido o meu requerimento ou não, mas que pedia as missivas trocadas com o Governo da República, mas na resposta não as recebi. A 3 de abril, volto a insistir em saber das



missivas e recebo a missiva do Sr. Presidente do Governo Regional datada de 12 de janeiro, ou seja, se calhar no dia ou na noite a seguir ao meu requerimento ter dado entrada. Portanto, eu penso que há aqui uma falha e também nas palavras do Sr. Secretário Duarte Freitas, que na Comissão de Economia do dia 26 de abril, admite perfeitamente que as verbas terão de vir dos fundos comunitários e do Portugal 20/30. Admite várias vezes que tem de haver adiantamentos por parte da República.

A minha pergunta é muito simples, a Sra. Secretária falou aí de inúmeras cartas. Nos requerimentos que tanto o PS, como o Bloco de Esquerda e até o PSD já em tempos, solicitaram as comunicações que o Governo da República – como veem da recolha toda que faço, sendo que eu tento documentar-me, mas só tenho duas missivas, uma com a proposta de despacho e outra do Furacão *Efrain*.

Eu gostaria que esta Comissão, e a bem da verdade, e também apelando ao seu proponente, que nós aqui na Comissão recebêssemos toda a documentação (se é que existe) de inúmeras cartas e também documentação a endereçar os esforços para que venham os tais adiantamentos, porque senão, o Governo da República – e é verdade – não vem cá oferecer nada a ninguém, como nós sabemos. Ou seja, eu não estou contra nenhuma das opções, agora temos de ser claros e esta Resolução tem que servir para clarificar toda essa situação. Se existem inúmeras cartas, como a Sra. Secretária acabou de dizer e diz que as coisas conversas têm sido afáveis, nós queremos nesta Comissão, todas as cartas, todos os pedidos de adiantamento extra-despacho, porque já sabemos que o despacho remete para Portugal 20/30, mas aí é que se poderá dizer que o Governo da República está a falhar. E eu, como florentino, não quero saber se o Governo da República está a falhar, eu quero é a realização das obras, eu quero é que o Governo Regional que representa os florentinos faça o seu papel.

A senhora falou em conversas afáveis: *“quem não se sente não é filho de boa gente”*, Sra. Secretária. Está na altura se calhar de o Governo Regional não fazer as intervenções que fez com o Sr. Ministro das Infraestruturas, não fazer as conversas que fez da Cimeira em que o Governo Regional foi a Lisboa, em que estava tudo bem, eu tenho as transcrições dessas conversas, mas isso certamente ficará para plenário, porque hoje já estou a abusar da vossa paciência.

Sra. Secretária, há que clarificar valores, há que clarificar correspondência e acho que esta Resolução tem de servir para isso, antes de subir a plenário. Temos que ter os



documentos todos, com as datas, e como disse o Sr. Deputado Rui Martins, talvez até com a faturação ou com o mapa, digamos, de trabalhos, para sabermos se realmente foram enviados esses valores a Lisboa, porque nós não sabemos. E o que os florentinos querem e o que nós Deputados das Flores - e aqui incluo os outros dois que não estão presentes queremos, é que a obra não pare, que avance e que o Governo Regional faça o seu papel para que os florentinos muito rapidamente tenham lançada a empreitada do porto das Lajes e da ilha das Flores.”

O **Deputado Marco Costa** pediu a palavra para informar que “os mapas referem exatamente os montantes executados até ao momento em cada uma das obras. Os mapas referem exatamente obras como o molhe de proteção definitiva de toda a baía, ou seja, o molhe principal do porto das Lajes das Flores, a nível dos montantes que já foram investidos, refere o valor exato, em 2022/23, relativo à ponte cais e, como já referi, estamos a falar do último ano, o ano de mais investimento nestas obras que tanta preocupação desencadeiam nos florentinos. E, portanto, acho que isto não é menor. Isto revela o empenho do Governo Regional e os números mostram isso. Os mapas não têm só números, descrevem exatamente obra a obra quanto é que foi em cada um dos anos desde que houve as ocorrências, perfazendo um somatório total de 88 milhões de euros.

Depois, já aqui nesta sessão, falámos das questões das comunicações, mas também temos de tirar conclusões das informações que temos das comunicações que conhecemos. E é claro que existe uma proposta de despacho por parte do Sr. Presidente do Governo que entende que devem ser, ou pelo menos apresenta proposta para que sejam feitos adiantamentos anuais e temos um despacho que encaminha para fundos comunitários. Portanto, são coisas completamente diferentes. Também temos que tirar conclusão sobre estas duas posições. É porque até a Resolução do Conselho de Ministros diz: *“Determinar o reconhecimento da elegibilidade de inventariação de quantificação exata dos danos e prejuízos causados pelo Furacão Lorenzo, que é fixado por Despacho do Primeiro-Ministro, sob proposta do Governo Regional dos Açores”*.

Ora, a proposta foi feita, mas a resposta não foi de encontro aos interesses da Região para melhor gerir este processo.

Portanto, coloco esta questão, à Sra. Secretária, depois de tanta conversa de solidariedade da República perante os Açores, se não continua a fazer sentido que se



opte para pela compreensão da República, porque não quero considerar solidariedade quando os fundos não são da República, pelo menos compreensão de acordo com as execuções que são realizadas, se façam adiantamentos para a Região dado que a República ainda está atrasada na operacionalização do Quadro 20/30?

Portanto, é esta a questão que eu coloco à Sra. Secretária.”

A **Secretária** respondeu que “relativamente ao Despacho do Sr. Primeiro-Ministro, refere de facto no ponto 2 que 168 milhões e 300 mil euros serão financiados no âmbito da programação do Portugal 20/30 e, portanto, estamos à mercê da execução ou da colocação em execução do Programa Portugal 20/30 e aguardamos que abram as candidaturas, porque temos mesmo que fazer uma candidatura nos termos de qualquer outra entidade pública, ou seja, tem que haver uma *CALL*, tem que haver a apresentação da candidatura e toda a documentação digital e tudo o que for exigido nos termos das candidaturas a este PO 20/30.

E, portanto, continuamos a aguardar. E, nesse sentido, não temos outra coisa a fazer, a menos que como diz o Sr. Deputado Marco Costa, haja a expectativa de poder adiantamentos enquanto não se coloca o Portugal 20/30 em execução, porque efetivamente eu acho que nem o Governo da República, e muito menos nós, estávamos à espera de que o Portugal 20/30 ainda não estivesse em execução no mês de maio de 2023. Portanto, dadas as circunstâncias, e tendo em consideração o tipo de investimentos de que estamos a falar, faria todo o sentido que o Governo da República adiantasse, aliás, como adiantou no início em 2019 e 2020 algumas verbas que nos permitissem aliviar a carga que temos sobre a nossa tesouraria relativamente ao pagamento destas obras que neste momento são muito pesadas para o orçamento regional.

E, portanto, o haver adiantamentos não é novidade, não é nada que não tenha antecedentes, quer quando se trata de execução de programas comunitários, quer quando se trata de colaboração entre governos ao abrigo de acordos de solidariedade para as calamidades, como é o caso e como foi muitas outras vezes anteriores ao Furacão Lorenzo. Desde os sismos que todos nós nos lembramos, quer de 2001 quer o de 98 no Faial. Ou seja, são situações que se resolvem conversando entre pessoas, conversando entre governos. E aqui refiro-me em concreto àquilo que disse o Sr. Deputado José Gabriel.



As conversas são afáveis, porque as pessoas são afáveis. Ninguém quer criar ambientes desagradáveis entre uns e outros. Nós queremos conduzir as questões a bom porto. O Governo da República tem bom trato, agora que é preciso passar das palavras aos atos, é preciso. E é essa expectativa que nós tínhamos que não se concretiza. E pontos de situação foram feitos com a vinda do Ministro João Galamba, pontos de situação foram feitos entre o Presidente do Governo e o Sr. Primeiro-Ministro, pelo menos no último Conselho de Estado, por altura disso, sei que foram. Que há telefonemas, que há correspondência e há situações em que vão mantendo contato, há, até com vários ministros. Mas o Presidente do Governo procura fazê-lo sempre o mais alto nível para obter os resultados desejados.

A verdade é que os factos são o que são e a realidade é o que é. O ponto de situação do dia 5 de fevereiro não teve evolução. Temos neste momento este relatório entregue, eu recebi, a Comissão recebeu, se a Comissão toda não recebeu vai receber, podemos novamente fazer um ponto de situação e enviamos para o Ministro das Infraestruturas, muito bem. Houve um ponto de situação feito com o Primeiro-Ministro, muito bem. Como é que concretizamos? Como é que executamos? Esta é que é a questão que sempre se coloca quando se fala com o Governo da República, como é que se executa. “Ah o 20/30 ainda não está, o 20/30 vai estar”. Mas não está e os anos vão passando, porque nós estamos de facto em 2023 e o Furacão Lorenzo foi em 2019 – esta é uma realidade.

Outras questões que me foram aqui colocadas, Sr. Deputado Carlos Furtado, creio que me perguntou pelo mapa de trabalhos nas Lajes das Flores, neste momento, temos adjudicada e em curso a obra de emergência que é essencial para proteger aquilo que está feito, como disse e bem, é nossa prioridade agora, a execução é durante o verão, até setembro, foi feito o concurso público e adjudicada em tempo record, estamos a falar dum valor de 6.3 milhões de euros e, nesse aspeto, ela está a ser executada e confiamos em setembro, dentro do prazo, ela seja realizada.

Temos, depois – a questão colocada pelo Sr. Deputado José Gabriel – a questão do molhe principal que obviamente cedeu um pouco de tempo (teve de ceder) à obra de emergência, porque o Laboratório Nacional de Engenharia Civil é só um, tem que fazer os testes em modelo reduzido, tem que dar os seus pareceres, o projetista é o mesmo



desde há muitos anos, não é de agora, que conhece bem o porto e já fez vários projetos para aquilo que lá tem sido feito.

Portanto, quando as pessoas são as mesmas, o molhe definitivo teve que ceder em termos de programação à programação dos danos da Tempestade *Efrain*, ou seja, da construção da obra de emergência que tem essa programação que acabei de dizer até setembro, o projeto do molhe definitivo fica completo agora em agosto/setembro, depois segue-se sempre a chamada *revisão do projeto* que ainda leva algum tempo e lançaremos o concurso logo de seguida. Mas a verdade é que estas coisas não se fazem todas ao mesmo tempo, porque as pessoas são as mesmas e quando há urgências e emergências, as urgências e as emergências passam à frente.

A vontade (a vossa) é grande, a nossa é igualmente grande - nem quero dizer que é maior, mas é igualmente grande - e estamos a fazer tudo para cumprir o calendário.

Qual é o calendário que aqui nos importa basicamente?

É que ela comece antes do verão ou no início do chamado verão (maio/abril) se quisermos verão IATA, a obra do porto principal, porque terminar o concurso público em dezembro ou terminá-lo em janeiro ou fevereiro, é praticamente igual. A obra só vai poder começar, como uma obra de mar que é, no início do verão de 2024. Isso é um dado adquirido e estamos todos a trabalhar para que ela se possa iniciar, em obra de mar, não significa que não consigam fazer desmontagem de pedreira, não significa que não possam fazer trabalhos de estaleiro, etc., antes disso. E, portanto, o nosso trabalho é para arrancar o mais rapidamente possível e que a obra de mar arranque mesmo quando começar o verão, porque é aí que nós podemos otimizar a janela de oportunidade que temos quando se trata de construir obras marítimas.

O **Deputado José Eduardo** pediu, novamente, a palavra para esclarecer algumas dúvidas que permaneceram, mesmo após os esclarecimentos da Secretaria, dizendo “eu deixei-lhe um repto e um (quase) requerimento oral - se é que isso se pode fazer – sobre a troca de missivas, porque usando as suas palavras, temos de passar das palavras aos atos, ou seja, falou isso em relação ao Governo da República, eu digo isso em relação ao Governo Regional, passar das palavras aos atos. Eu quero saber que missivas, que cartas, que envio houve ao Governo da República, no sentido de comprovar e de alertar para a necessidade dos tais adiantamentos que tanto têm vindo a ser falados, porque sobre o Despacho e sobre a questão de ser no PO 20/30, nós já sabíamos desde 2021 com o



Despacho saído. E, portanto, só agora é que se começa a alertar? E não querendo levar para aí, porque não me interessa sequer levar para aí, parece-me que estamos a dilatar os prazos, acusando outros. E nós, desde 2021 que sabíamos que seria pelo PO 20/30 e não criticámos desde então.

Por isso, eu quero saber quais são missivas, quais são as cartas, quais tem sido, digamos, porque a senhora disse que havia muita correspondência, disse que havia telefonemas - esses eu não vou solicitar – e eu gostaria de saber dessa correspondência, no sentido de solicitar os tais adiantamentos que têm sido tão badalados na comunicação social e por este Governo, quase a atribuir as culpas da não realização de obra na ilha das Flores e não só, a outros. E, portanto, é o Governo Regional que necessita de responder.

Em relação ao projeto final, diz-me a Sra. Secretária que o LNEC é o mesmo, o projetista é o mesmo. Mas, *“de promessas está o inferno cheio”*, é porque no LNEC supostamente já devia estar feito o estudo em modelo reduzido antes de termos entrado no Furacão *Efraín*. Portanto, algo atrasou algo ficou para trás. Foram declarações suas, do seu antecessor e deste Governo Regional que responde a uma só voz, como diz o Sr. Presidente do Governo Regional.

Assim sendo, deixo-lhe aqui este repto: precisamos de informações deste Governo, para melhor debater este Projeto de Resolução quando ele subir a plenário.

A **Secretária** respondeu dizendo que “eu percebo a sua ansiedade, eu percebo, porque eu também sinto a mesma quando falo com os meus serviços, mas a verdade é que estas coisas são assim mesmo. Elas levam tempo, são projetos complexos, estão sujeitos a vários a várias modelos reduzidos e a vários testes. Às vezes eles não dão certo e é preciso fazer de novo, ou seja, isto não é linear. Se fosse linear, já estava feito desde 2019. E quando diz que o LNEC já devia ter feito isso antes da Efraim, eu recordo que a tempestade foi em dezembro e tudo isto de que se está a falar, seria em 2023 e tem sido em tempo record nestes primeiros meses de 2023 em que se está a fazer tudo ao mesmo tempo.

Também lhe disse, e acho que concordará comigo, naturalmente que não poderá haver obra de mar antes do verão de 2024. E, portanto, estamos a conjugar todos os esforços para que se faça aquilo que é urgente, o mais urgente possível e que em 2024 se inicie a obra marítima do porto definitivo das Flores.



Esta é a nossa intenção e a nossa vontade, não lhe estou a dizer que daqui até lá não vai acontecer algum imprevisto e que a situação não se passe como agora lhe estou a dizer que se vai passar, porque tudo isto é feito de imprevistos, de dia-a-dia, isto não são coisas lineares que estejam exclusivamente na nossa mão; se estivesse só na nossa e na sua, estava feito de certeza absoluta há muito tempo, pronto.

Quanto à documentação que pede, eu vou fazer chegar isso aos vários departamentos do Governo. Como deve calcular, eu posso enviar-lhe o documento que nós entregámos e que foi o ponto de situação ao Ministro. E a partir daí, há um conjunto de relacionamentos e interações, umas verbas, outras escritas, outras em reuniões, outras em telefonemas, mails e outras que cada um saberá, dos vários departamentos, designadamente das Finanças e da Presidência do Governo.

Portanto, sobre esse aspeto, o mais que posso fazer é transmitir isto aos outros departamentos do Governo.

Julgo que quanto àquilo que me colocou agora, não deixei nada em aberto, mas se deixei, cá estou ainda para responder.”

SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

PS: emite parecer de **abstenção** com reserva de posição para plenário, relativamente à presente iniciativa.

PSD: emite parecer de **abstenção** com reserva de posição para plenário, relativamente à presente iniciativa.

CDS-PP: emite parecer de **abstenção** com reserva de posição para plenário, relativamente à presente iniciativa.

CH: Não emitiu parecer.

PPM: Não emitiu parecer.

IL: Não emitiu parecer.

PAN: Não emitiu parecer.

BE: apesar de não fazer parte da Comissão, foi consultado, mas não emitiu parecer.

O DEPUTADO INDEPENDENTE: emite **parecer favorável**, relativamente à presente iniciativa.



VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS

O **Grupo Parlamentar do PS** emite **parecer de abstenção** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite **parecer de abstenção** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP** emite **parecer de abstenção** relativamente à presente iniciativa.

O **Deputado Independente** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão Especializada Permanente de Economia deliberou, por **maioria**, com os votos a favor do Deputado Independente e a abstenção do PS, do PSD e do CDS-PP com reserva de posição para Plenário, emitir **parecer de abstenção** relativamente ao presente Projeto de Resolução.

Ponta Delgada, 06 de junho de 2023.

A Relatora

(Patrícia Miranda)

O presente relatório foi aprovado por **unanimidade**.

O Presidente

(José Ávila)